



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA PAULO VI
AOS PARTICIPANTES DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA
DA PONTIFÍCIA COMISSÃO
PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS**

*Sala do Trono
Sexta-feira, 5 de Junho de 1970*

*Senhores Cardeais,
Veneráveis Irmãos e dilectos Filhos*

Este encontro convosco, membros e consultores da Nossa Comissão para as Comunicações Sociais, reunidos no Vaticano, em Assembleia Plenária anual, proporciona-Nos uma grande satisfação. Viestes confirmar a vossa adesão e a vossa colaboração. Da Nossa parte, dirigimo-vos uma palavra de agradecimento, de aplauso e de estímulo.

A vossa assistência é-Nos prestada num sector particularmente vasto e complexo da Nossa responsabilidade pastoral, cheio de problemas que requerem soluções urgentes. Trata-se de um sector novo e moderno, com exigências cada vez maiores, proporcionais ao poderoso dinamismo de uma realidade social e técnica ingente e irreversível. Por isso, a vossa ajuda, confortando-Nos no difícil dever de estarmos apostólica e operosamente presente no campo da comunicação social, ao serviço dos Nossos Irmãos no Episcopado, dos fiéis confiados às suas e às Nossas solitudes pastorais, e dos homens de boa-vontade, merece todo o Nosso apreço reconhecido.

Desejamos sublinhar duas circunstâncias que caracterizam positivamente o momento actual da Pontifícia Comissão para as Comunicações Sociais, e nas quais podemos entrever alegres presságios. Antes de tudo, justamente convosco aqui presentes, a Comissão apresenta-se renovada na sua composição e está pronta para enfrentar um novo quinquénio de actividade. Além disso, está prestes a terminar a redacção da Instrução Pastoral para a aplicação do Decreto conciliar *Inter Mirifica*, a cuja preparação já dedicou intensos e premurosos cuidados.

O importante documento, que estais para aprovar nestes dias, será depois submetido ao exame das Conferências Episcopais dos vários países. Deste modo, realizar-se-á outra forma de colaboração, muito próspera e fecunda, expressão ulterior e mais vasta da colegialidade episcopal já em vigor na Nossa Comissão, graças à participação de numerosos Bispos. Ao mesmo tempo, será dado, mais uma vez, justo e necessário reconhecimento a órgãos competentes e instituições locais, cuja função é realmente imprescindível, mesmo no que se refere ao sector que nos interessa.

No campo da comunicação social, a Igreja está presente com estruturas centrais e periféricas suficientemente adequadas, embora sujeitas a sucessivos melhoramentos. Em breve serão introduzidas também normas actualizadas e completas, chegando-se, assim, à maturação de outro dos muitos frutos preciosos do II Concílio do Vaticano.

Os instrumentos, portanto, já estão prontos e a Nossa Comissão também. Dizemo-lo, com satisfação paterna, formulando sinceros votos pela sua prosperidade. Agora é preciso agir, é preciso fazer bom uso dos meios estruturais e normativos que temos à disposição.

Que havemos de propor à vossa consideração, neste momento exigente e promissor, para vos estimular no exercício esclarecido e solícito da vossa missão?

Bastam duas ideias, duas directrizes.

Antes de tudo, parece-Nos que é fundamentalmente importante promover e fomentar um estudo rigoroso e aprofundado, no campo doutrinal, daquela realidade a que, empregando um termo que já se tornou clássico, chamamos «comunicação social». É uma realidade de proporções gigantescas, grande como os meios que utiliza e como as colectividades a quem se dirige, e em cujo tecido penetra irresistível e constitutivamente. É uma realidade que interessa as ciências do homem e as ciências da natureza. É uma realidade, enfim, de dimensões mundiais e, por este motivo, imensamente sugestiva. Chama em causa todos os homens, a sua individualidade e a sua sociabilidade. Pela sua ambivalência, cria tensões dramáticas dentro do binómio « sociedade e pessoa », quando, afinal, deveria promover, harmónicamente, o desenvolvimento da pessoa, tanto nos seus valores mais íntimos, como nos sociais, que promanam da mesma pessoa e se reflectem sobre ela. Comporta um grave risco de alienação, de conformismo, de aceitação passiva e imponderada de modelos de pensamento e de comportamento, e mostra-se, ao mesmo tempo, capaz de favorecer a igualdade e a fraternidade, o recíproco enriquecimento comum de ideias e atitudes e o simultâneo interesse, convergente, de todos os homens, ou de largos sectores da humanidade, pelos problemas e pelos acontecimentos da vida e da história. É capaz de promover a «comunhão », exactamente através da « comunicação ». É uma realidade diferenciada que, segundo os casos, tem relação com a família, com a escola, com a juventude, ou antecipa os meios tradicionais de educação e de formação, que continuam insubstituíveis. Diferencia-se também quando é criada pela imprensa, ou pelo cinema, pela rádio, ou pela

televisão.

A comunicação social é, portanto, um fenómeno que deve ser estudado e conhecido nas suas componentes, nos seus mecanismos e nas suas leis formais.

Além disso, há o grande problema do conteúdo: o conteúdo que podemos relevar positivamente, com os métodos próprios da investigação sociológica, mas que, infelizmente, apresenta, muitas vezes, tristes resultados; e o conteúdo que a comunicação social « deve ter », especialmente quando entra em determinados ambientes, como a família e a escola, ou quando se dirige a certas categorias, como, por exemplo, aos jovens. E, com efeito, sempre maravilhosamente surpreendente o facto que o homem, embora tão frágil e efémero, tão fortemente impregnado e quase dominado pela realidade que o circunda, seja capaz de superar esta mesma realidade para a julgar e dirigir. E, então, o fenómeno da comunicação social apresenta-se à nossa reflexão filosófica, à nossa crítica, e torna-se objecto de uma deontologia, que, além do simples facto de ser aquilo que é num determinado momento, ensina e indica o modo como se deve conformar com o imperativo moral, quer sob o ponto de vista do bom emprego dos seus métodos, quer sob o ponto de vista do conteúdo ou da mensagem, transmitidos por meio dos métodos e instrumentos. Esta reflexão abre-se aos ilimitados horizontes da teologia, podendo e devendo incluir-se também a comunicação social no mistério da salvação.

Mas bastam por ora algumas indicações. Queremos apenas acrescentar que o problema da comunicação social, quando é considerado no âmbito da Igreja, se apresenta com características particulares. Neste caso, se quisermos evitar, como de facto é necessário, a indiscriminada e falaz aplicação de conceitos que nasceram num ambiente diverso, a doutrina tem maior necessidade de rigorosos aprofundamentos. Mas, nem por isso, serão impostas, à «comunicação social» da Igreja, limitações mortificadoras. De modo particular, dever-se-á estudar ulteriormente o problema da opinião pública na Igreja, tema delicado e difícil, cheio de consequências, quer no plano positivo, quer no plano negativo, independentemente do facto de ser ou não formulado e resolvido.

Não nos podemos, porém, contentar em promover o estudo doutrinal da comunicação social a nível científico especializado, seguindo atentamente tudo o que se escreve a este respeito e dando ou suscitando novos contributos. É também necessário difundir e divulgar esta doutrina, isto é, torná-la acessível, de modo que o povo em geral e, em particular, os ambientes e as categorias antes recordadas, tomem consciência do fenómeno, para se servirem dele crítica e rectamente. Numa palavra, é preciso promover um vasto movimento de opinião, de recta opinião, sobre a comunicação social.

O trabalho que deve ser realizado neste sector doutrinal exige o empenho de todos vós, Membros e Consultores da Pontifícia Comissão para as Comunicações Sociais. A vossa Repartição central, constituída permanentemente junto de Nós, deverá encorajar e coordenar a vossa reflexão,

recolher as vossas indicações e propostas, dando, por sua vez, informações e orientações. A atenção metódica que ides dedicar à doutrina da comunicação social e à sua oportuna difusão para a formação das consciências deverá redundar em benefício, especialmente, das Comissões Episcopais Nacionais. Deste modo, a Pontifícia Comissão prestar-lhes-á um útil serviço e, ao mesmo tempo, solicitar-lhes-á a necessária colaboração, que será tanto mais profícua e digna de apreço, quanto mais se relacionar com áreas culturais variadas e diversas. Receberão também benefício deste empenho colectivo os profissionais, os peritos, os críticos, os dirigentes, os técnicos e, numa palavra, todos aqueles que trabalham no sector da comunicação social, em lugares de particular responsabilidade.

O segundo pensamento, a segunda palavra de estímulo, diz respeito ao terreno mais propriamente operativo, isto é, à acção que necessária e urgentemente devemos intensificar, para obter um bom emprego da imprensa, da rádio, do cinema, de outras formas de espectáculo e da televisão, em ordem à transmissão de conteúdos humanamente válidos e positivos, e da mensagem que Jesus Cristo confiou à sua Igreja para a salvação de todos os homens.

Trata-se dos meios de comunicação social, tais como os jornais, as emissoras radiofónicas e as salas cinematográficas, que os católicos possuem ou devem possuir e sobre cuja necessidade (especialmente, no caso do jornal) nunca se insistirá demasiadamente. Trata-se da presença de profissionais católicos em todos os campos da produção e da distribuição. Trata-se do apostolado não só de determinados ambientes, mas também daquele, em mais vasta escala, de todos os movimentos de apostolado dos leigos, que não pode faltar no florescimento prometente e consolador que hoje o caracteriza, de dedicar especialíssima atenção aos problemas dos mass-media, mesmo por meio de uma oportuna e eficaz coordenação dos esforços e iniciativas. Trata-se, ainda, de escolas ou de cursos especializados e de particulares centros de formação, como os cineforum. Estas e outras actividades, que são realizadas no plano diocesano, nacional e internacional, têm necessidade do apoio da Hierarquia, isto é, da Nossa Comissão e das Comissões Episcopais Nacionais para os Meios de Comunicação Social, em colaboração com os outros Dicastérios da Santa Sé (por exemplo, a Congregação para a Educação Católica e o Conselho dos Leigos) e com outros organismos locais dos vários Episcopados.

Além disso, tenha-se presente a possibilidade, cada vez maior a possibilidade, cada vez maior e evidente, do emprego pastoral directo dos meios de comunicação social. Antes de tudo, gostaríamos que fosse estimulada qualquer iniciativa capaz de melhorar e de tornar eficaz a apresentação da face da Igreja e da sua constante actividade no mundo, por meio da imediata e precisa difusão das notícias que lhe dizem respeito. Mas, depois, devemos também prospectar problemas novos, ou até agora pouco estudados, como por exemplo os do emprego dos meios audio-visuais na catequese, na formação litúrgica, na evangelização e na educação religiosa católica. Também aqui os estudos, os esforços e a colaboração devem aumentar.

Sabemos que estas breves indicações encontram perfeito e generoso acolhimento nos vossos

espíritos, já habituados a meditar nos graves problemas da comunicação social e a interessarem-se por eles, na prospectiva da missão humana e divina que nos foi confiada. O campo de trabalho é ilimitado e difícil. Mas confiamos na vossa obra e, principalmente, na ajuda do Senhor, em penhor da qual, de todo o coração, vos damos a Nossa Bênção Apostólica.